

ALÉM DO PRECONCEITO: AS DIFICULDADES DAS PESSOAS TRANS PARA ACESSAR CUIDADOS DE SAÚDE

JESUS, Ana Luisa Baptista de¹
BIANCARDI, Hiryan Monte¹
BERNABÉ, Laise Viçosi¹
SILVA, Maria Eduarda Perim da¹
TORRES, Yasmin Sader¹
PEREIRA, Thiago Machado²

¹Graduandos do Curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, aldejesus635@gmail.com; hiryan.m.biancardi@gmail.com; vicosilaise@gmail.com; mariaeduardaperim@hotmail.com; yasminsader@gmail.com

²Professor orientador: Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional no Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo – PPGPSI/UFES, Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, thiagopmachadopsi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A inclusão e o respeito às pessoas trans têm se tornado temas centrais nas discussões sobre direitos humanos e equidade social. No Brasil, o cenário apresenta avanços importantes, mas ainda extremamente desafiadores no que se refere à implementação e à efetividade das políticas públicas, em especial na área da saúde (Neves e Sívori, 2024). A Política Nacional de Saúde Integral LGBT – PNSI LGBT (Ministério da Saúde, 2013), instituída em 2011, representa um marco na garantia do acesso de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais a cuidados integrais e humanizados no Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, mesmo com tais diretrizes, ainda persistem lacunas significativas que impedem a completa concretização desses direitos, especialmente no que tange à formação e à sensibilização dos profissionais de saúde para atender a comunidade trans (Costa-Val *et al.*, 2022; Arán, Murta e Lionço, 2009).

O presente estudo busca explorar como a PNSI LGBT tem sido implementada em diferentes regiões do Brasil, com destaque para o estado do Amazonas, analisando os avanços, limitações e desafios que ainda são enfrentados pelas pessoas trans no acesso a serviços de saúde inclusivos e humanizados (Neves e Sívori, 2024). A partir de uma revisão crítica da literatura e da análise de casos

específicos, este trabalho visa contribuir para a reflexão e o aprimoramento das políticas públicas de saúde voltadas a esse grupo vulnerável, propondo medidas que possam efetivamente assegurar o direito à saúde com dignidade e respeito (Costa-Val *et al.*, 2022).

2 METODOLOGIA

Suely Ferreira Deslandes (2002) destaca que “quando escrevemos um projeto, estamos mapeando de forma sistemática um conjunto de recortes. Estamos definindo uma cartografia de escolhas para abordar a realidade (o que pesquisar, como, por quê)” (p. 34). Diante disso, o presente trabalho trata-se de revisão de literatura qualitativa. O critério aplicado para a escolha dos materiais foi discorrer acerca dos temas transexualidade, direitos de pessoas trans e política nacional de saúde integral. As pesquisas foram conduzidas por meio da base eletrônica de dados dos sites Scielo, Ministério da Saúde e Planalto Brasileiro, além de livros digitais, a partir das palavras chaves: transexualidade, direitos de pessoas trans, transfobia, gênero e sexualidade e foram consideradas informações de 2002 a 2024. A pesquisa foi realizada durante os meses de setembro e outubro de 2024, onde foram encontrados 35 documentos relacionados ao tema, sendo que 11 foram selecionados. Os critérios de exclusão utilizados foram a proximidade com o tema trabalhado e ano de publicação.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e a realidade no Brasil

Conforme o Artigo 196 da Constituição Federal de 1988:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1988).

No entanto, assegurar esse acesso de maneira abrangente e equitativa permanece sendo um desafio em diferentes contextos, especialmente para os diversos grupos que necessitam de atendimento específico para suas particularidades. Visando assegurar esses direitos às pessoas LGBT em 2011, foi datada a PNSI LGBT, oficializada efetivamente em 2013, no âmbito da aprovação das políticas de equidade.

Apesar da existência de tais políticas que asseguram o direito básico a saúde de pessoas trans, essa não tem sido efetiva mesmo após a publicação. O Brasil lida com índices elevados de violência contra pessoas trans e uma ausência contínua de proteção por parte do Estado, sendo o país com o maior número de assassinatos dessas pessoas no mundo. A falta de políticas públicas resulta em um ambiente social precário para a população trans, fazendo com que a expectativa de vida (estimada) não passe de 35 anos de idade (Benevides e Nogueira, 2019).

Márcia Arán, Daniela Murta e Tatiana Lionço (2009) apontam que outro obstáculo para a implementação efetiva do processo transexualizador é a necessidade de treinamento das equipes de saúde, com ênfase na humanização, visando combater as situações de discriminação enfrentadas pelos usuários. Outrossim, os autores destacam também a importância de entender as experiências de pessoas trans em meio aos diversos fatores que as influenciam, e apontam as limitações de um diagnóstico que tenta padronizar essas vidas com base na noção inexistente de um “transexual de verdade”.

Marcos Renato Benedetti (2006) articula que dentro da variedade de violações que esses indivíduos vivenciam no sistema de saúde e que dificultam o acesso aos cuidados, os episódios de transfobia e travestifobia por parte dos profissionais de saúde são um dos principais fatores no uso dos serviços, como a recusa em utilizar o nome social e a exposição da identidade de gênero sendo as ocorrências mais comuns, sendo assim busca por cuidados médicos costumam ser adiadas em razão de experiências de discriminação anteriores, o que acarreta em abandono de tratamentos como o de HIV/ AIDS.

Lívia Karoline Moraes da Silva *et al* (2017) vai ressaltar que, mesmo quando a população transexual consegue acessar os serviços de saúde, ainda enfrenta segregação social e é direcionada principalmente para serviços específicos, como os centros especializados no processo transexualizador. Isso ocorre, em grande parte, porque esses centros possuem profissionais capacitados para atender essa população e tratar questões relacionadas à identidade de gênero. No entanto, essa concentração de cuidados gera limitações no acesso da população trans a serviços de saúde que promovem e protegem a saúde de forma integral em outras instâncias, como na atenção básica, onde as minorias sexuais são raramente atendidas, apesar de ser essa a principal porta de entrada dos serviços de saúde.

3.2 Locais de implementação da PNSI LGBT e suas implicações

As políticas voltadas para a inclusão e o respeito das pessoas trans na sociedade é uma grande evolução em que se tem uma busca pela igualdade e avanço quanto à sociedade. André Luiz Machado das Neves e Horacio Federico Sívori (2024) reiteram o que já foi retratado em nosso estudo, ou seja, em 2011, surge a Política Nacional de Saúde Integral dos LGBT, que garante o acesso aos serviços de saúde no processo transexualizador. Em muitos contextos, temos alguns locais que são exemplo dessas políticas, que fazem de seu ambiente mais inclusivo. Porém, até nesses locais, sempre há espaço para melhoria:

No Amazonas, cenário deste estudo, as políticas específicas em saúde são ainda mais incipientes. Uma das reivindicações da XVI Parada do Orgulho LGBT de Manaus, no início desta pesquisa em 2016, foi a construção de Políticas Públicas LGBT no Amazonas. Durante as comemorações do Dia da Visibilidade Trans, em 29 de janeiro do mesmo ano, foi discutida pela primeira vez a Saúde Trans para além do papel das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e HIV/aids. As atuais políticas de saúde para pessoas trans em Manaus, incluem, além de práticas de prevenção contra o HIV/aids e outras IST, a orientação sobre a hormonioterapia ofertada pelo ambulatório vinculado à Universidade do Estado do Amazonas (UEA) (Neves e Sívori, 2024, p.3).

Um dos problemas enfrentados pelas pessoas trans na saúde é a falta de formação e de sensibilização dos profissionais da área. Muitos profissionais não estão preparados para atender as necessidades dessa comunidade, o que pode acabar levar a atendimentos inadequados ou até mesmo a atendimentos desumanizados. A pobreza sobre as questões de gênero pode levar a diagnósticos errôneos sem contar que pode ocorrer um tratamento que desqualifica sua vida de fato (Thomazi, Avila e Teixeira, 2022). As pessoas trans estão expostas a violações dos direitos humanos – que incluem discriminação social e laboral, criminalização, patologização, exposição à violência transfóbica e homicídios e exclusão social. Todas essas questões corroboram com a vulnerabilidade em saúde, pois esta população não consegue ter o exercício de direito à saúde (Rafael *et al.*, 2023).

A falta de informação e até mesmo de políticas públicas contribui para a dificuldade no acesso à saúde por parte dessas pessoas. Diversas vezes o local não atende as necessidades da população trans. Devido ao estigma associado aos estereótipos negativos e à transfobia, os direitos humanos – especialmente o direito à saúde das pessoas trans –, são violados diariamente. Quando pessoas trans tentam

acessar serviços básicos de saúde, elas são marginalizadas e excluídas (Thomazi, Avila e Teixeira, 2022).

Como sempre é necessário aprimorar as políticas, alguns pontos merecem atenção, são eles: a psicoeducação, a saúde e o bem estar das pessoas trans, aspectos legais, igualdade e representatividade. Desafiar o essencialismo biológico de gênero, que perpetua as desigualdades entre os grupos, significa expandir as dimensões do cuidado para além da anatomia do corpo. O atendimento integral às pessoas trans, não-binárias ou cisgêneros começa quando as chamamos pelo nome (Rafael *et al.*, 2023).

Na perspectiva da psicoeducação, programas de educação e sensibilização devem ser criados sobre as questões de gênero em locais que podem ser essenciais para combater o preconceito e estimular a aceitação, como em ambientes de trabalho, UBS e escolas (Costa-Val *et al.*, 2022). O encontro com contingências nas práticas de cuidado é, nesse sentido, bastante potente para desconstruir conhecimentos preestabelecidos e possibilitar o surgimento de formas inéditas de saber. Para tal feito, se faz presente a necessidade de que haja inclusão e respeito. Em locais que a política não funciona, se faz necessária a busca por melhorias, que possam criar um ambiente acolhedor. Somos capazes de ter uma sociedade onde as pessoas possam ter dignidade e igualdade, independente do gênero (Costa-Val *et al.*, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos mencionados, evidencia-se a falta de conhecimento sobre as especificidades das pessoas trans em seus tratamentos, refletindo a ausência de entendimento acerca das questões de gênero e da forma adequada de atender a esses indivíduos em seus direitos. Rafael *et al* (2023), enfatiza que é importante trazer para os profissionais da saúde não só a visão biológica clínica, mas para além disso uma discussão social, subjetiva dos fatores que atravessam essas pessoas para além do biológico.

Há uma forte necessidade de aprimoramento não só ao processo, mas da capacitação e preparação dos profissionais da saúde para os atendimentos e das demandas apresentadas, sendo o respeito e a ética profissional pilares para um atendimento de qualidade a essas pessoas. Arán, Murta e Lionço (2009) vão salientar a importância do aprimoramento e compreensão por parte dos profissionais e assim

entendendo o processo transexualizador.

Em suma, o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a população trans e do processo transexualizador, enfatizando a equidade do atendimento pelos profissionais da saúde, a igualdade, o respeito e os aspectos apresentados são de grande evolução para o melhor atendimento dessas pessoas. Com isso, é importante a compreensão da luta por direitos e espaços das pessoas trans nos âmbitos básicos do atendimento humanizado, reforçando o aperfeiçoamento das práticas de acolhimento e atendimento dessas pessoas, capacitando os profissionais para a atuação e entendimento das demandas apresentadas por essa população e cada uma das suas necessidades (Silva *et al.*, 2017).

5 REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1141–1149, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/SBvq6LKYBTWNR8TLNsFdKkj/?lang=pt#>. Acesso em: 10 set. 2024.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda Feita: o Corpo e o Gênero das Travestis**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 144 p.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Brasília: Distrito Drag; ANTRA; IBTE, 2019. 60 p. Disponível em: <https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contras-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 07 set. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

COSTA-VAL, Alexandre *et al.* O cuidado da população LGBT na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 32, n. 2, 21 p., 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/DsNnpXhPn7WrvGXDFXvMXvx/#>. Acesso em: 06 set. 2024.

DESLANDES, Suely Ferreira. **A construção do projeto de pesquisa**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p 31-50. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 7 set. 2024.

NEVES, André Luiz Machado das; SÍVORI, Horacio Federico. Ação política em saúde de pessoas trans em Manaus, Amazonas, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 1, 10 p., 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hWJqqR3CLqrMZ8cgfrf9xWw/#>. Acesso em: 06 set. 2024.

RAFAEL, Ricardo de Mattos Russo *et al.* Inclusão ou ilusão da identidade de gênero no país com o maior número de assassinatos de transgêneros: um ensaio crítico brasileiro. **Escola Anna Nery**, v. 27, 6 p., 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/FPZHqqNT4ST9TG9kBNqHJHb/?lang=pt#>. Acesso em: 06 set. 2024.

SILVA, Livia Karoline Moraes da. *et al.* Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 3, p. 835-846, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/HKDP7qK4mfcH5Wy9QNTf38v/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 24 out. 2024.

THOMAZI, Guilherme Lamperti; AVILA, Simone; TEIXEIRA, Luciana Barcellos. Ambulatório T da Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre: política pública de inclusão e garantia de direito à saúde de pessoas trans. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 21, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/XdK5Z6RhzbvHQnPz7tjkhXN/#>. Acesso em: 24 out. 2024.